

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A 20/01/2026) - IRSA 05 - FAMILY FARMING IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS E FINANCIAMENTO ESTATAL DA
PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA CERTIFICADA: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE BRASIL E PORTUGAL**

Luiza Motta Klockner (luiza.klockner@estudante.uffs.edu.br)

*Juliana Felix Gomes Araujo Montenegro
(juliana.montenegro@estudante.uffs.edu.br)*

Evandro Pedro Schneider (evandro.schneider@uffs.edu.br)

Este trabalho compara como agricultores agroecológicos certificados acessam instrumentos públicos de financiamento no Brasil e em Portugal, considerando os critérios de elegibilidade, as condições financeiras oferecidas e os efeitos dessas políticas sobre o risco econômico associado a esse modo de produção. Empiricamente, o estudo analisa agricultores orgânicos no Brasil e biológicos em Portugal, como formas institucionalizadas da produção agroecológica certificada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e comparativa, baseada na análise documental de políticas públicas, legislações, normativas operacionais e documentos institucionais relativos ao crédito rural e aos mecanismos de apoio à produção certificada, considerando a safra 2024/25. No Brasil, o principal instrumento de apoio é o crédito rural subsidiado, acessível

apenas a agricultores familiares. No âmbito das “Linhas Verdes” do PRONAF, agricultores orgânicos certificados podem acessar crédito de custeio e investimento com taxas de juros de até 2% ao ano, inferiores às praticadas no mercado e no crédito para a agricultura convencional. Embora esse crédito possibilite financiar a produção e estruturar sistemas agroecológicos, ele mantém caráter reembolsável e não envolve compensação direta pelos riscos produtivos, pelos custos da conversão ou pelos benefícios ambientais gerados. Em Portugal, o apoio estatal opera por lógica distinta. Não há linhas de crédito específicas vinculadas à certificação, mas pagamentos por serviços agroambientais e climáticos no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural da Política Agrícola Comum. A produção biológica certificada constitui uma medida específica, com compensações financeiras não reembolsáveis associadas à área agrícola, destinadas a cobrir custos adicionais e perdas de rendimento. Esses pagamentos, que variam entre 19% e mais de 150% conforme a cultura e a região, reduzem significativamente o risco econômico associado à produção agroecológica certificada. Evidencia-se que, em Portugal o Estado remunera diretamente os riscos e custos da produção agroecológica, no Brasil o apoio se estrutura majoritariamente como acesso ao endividamento subsidiado.

Palavras-chave: agroecologia; agricultura orgânica; crédito rural; políticas públicas; análise comparativa.